

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)

1

Legislação	PL nº 6.809, de 2013 (texto apresentado à Câmara pelo Poder Executivo)	Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)
	Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies, e dá outras providências.	Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES e dá outras providências.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	<b>Art. 1º</b> Fica reaberto até <b>31 de maio de 2014</b> o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento de que tratam os arts. 3º a 25 da <a href="#">Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012</a> .	<b>Art. 1º</b> Fica reaberto, até <b>90 (noventa) dias contados da data da publicação desta Lei</b> , o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento de que tratam os arts. 3º a 25 da <a href="#">Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012</a> .
	§ 1º As mantenedoras das instituições de ensino superior que tiveram pedido de adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies indeferido poderão apresentar novo requerimento de moratória e parcelamento no prazo previsto no caput.	§ 1º As mantenedoras das instituições de ensino superior que tiveram pedido de adesão ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES indeferido poderão apresentar novo requerimento de moratória e parcelamento no prazo previsto no caput.
	§ 2º A reabertura do prazo de que trata o caput não se aplica às mantenedoras de instituições de ensino superior que tiveram o pedido de adesão ao Proies deferido.	§ 2º A reabertura do prazo de que trata o caput não se aplica às mantenedoras de instituições de ensino superior que tiveram o pedido de adesão ao Proies deferido.
	<b>Art. 2º</b> Na hipótese das instituições educacionais de que trata o <a href="#">art. 242 da Constituição Federal</a> , existentes na data da promulgação da Constituição, a adesão ao Proies implicará a remissão dos valores devidos à União a título de Imposto de Renda Retido na Fonte dos rendimentos pagos, a qualquer título, por entidade educacional, que tenham sido quitados direta ou indiretamente <b>junto ao</b> Município ou Estado, até a data da publicação desta Lei.	<b>Art. 2º</b> Na hipótese das instituições educacionais de que trata o <a href="#">art. 242 da Constituição Federal</a> existentes na data da promulgação da Constituição <b>Federal</b> , a adesão ao Proies implicará a remissão dos valores devidos à União a título de Imposto de Renda Retido na Fonte dos rendimentos pagos, a qualquer título, por entidade educacional, que tenham sido quitados direta ou indiretamente <b>perante o</b> Município ou <b>o</b> Estado, até a data da publicação desta Lei.
	§ 1º A adesão implicará também a anistia das multas de mora ou de ofício incidentes sobre o Imposto de	§ 1º A adesão implicará também a anistia das multas de mora ou de ofício, <b>juros de mora e encargos legais</b>



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)

2

Legislação	PL nº 6.809, de 2013 (texto apresentado à Câmara pelo Poder Executivo)	Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)
	Renda Retido na Fonte referido no caput.	incidentes sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte referido no caput.
	§ 2º Para fins do disposto no caput, a instituição educacional deverá apresentar, na data do requerimento de adesão ao Programa, certidão municipal ou estadual, conforme o caso, que comprove os valores quitados, direta ou indiretamente, a cada ano, <b>junto ao</b> Município ou <b>ao</b> Estado.	§ 2º Para fins do disposto no caput, a instituição educacional deverá apresentar, na data do requerimento de adesão ao Programa, certidão municipal ou estadual, conforme o caso, que comprove os valores quitados, direta ou indiretamente, a cada ano, <b>perante o</b> Município ou <b>o</b> Estado.
		§ 3º A comprovação dos valores quitados diretamente deverá ser feita mediante certidão do Município ou Estado beneficiário da arrecadação.
		§ 4º A comprovação dos valores quitados indiretamente será feita nos termos fixados em ato conjunto do Procurador-Geral da Fazenda Nacional e do Secretário da Receita Federal do Brasil.
	§ 3º As instituições que se enquadram no disposto no caput e que já tenham aderido ao Proies poderão ter sua dívida reconsolidada considerando o disposto neste artigo, sem prejuízo da vedação <b>do</b> § 2º do art. 1º.	§ 5º As instituições que se enquadram no disposto no caput e que já tenham aderido ao Proies poderão ter sua dívida reconsolidada considerando o disposto neste artigo, sem prejuízo da vedação <b>prevista no</b> § 2º do art. 1º.
	<b>Art. 3º</b> Para fins de adesão ao Proies, as instituições de ensino superior não integrantes do sistema federal de ensino deverão requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema até <b>28 de fevereiro de 2014</b> .	<b>Art. 3º</b> Para fins de adesão ao Proies, as instituições de ensino superior não integrantes do sistema federal de ensino deverão requerer, por intermédio de suas mantenedoras, a adesão ao referido sistema até <b>30 (trinta) dias contados da data de publicação desta Lei</b> .
<b>Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012</b>		<b>Art. 4º</b> O art. 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 13.</b> É facultado o pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais de que trata o art. 10 mediante a utilização de certificados de emissão do Tesouro Nacional, emitidos pela União,		<b>“Art. 13.</b> .....



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)

Legislação	PL nº 6.809, de 2013 (texto apresentado à Câmara pelo Poder Executivo)	Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)
na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas Proies concedidas pelas mantenedoras das IES para estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelos órgãos referidos no parágrafo único do art. 5º, condicionada à observância das seguintes condições por ocasião da adesão:		
.....		.....
§ 7º O certificado, que <b>será nominativo e</b> não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcela das prestações de que trata o art. 10.		§ 7º O certificado <b>de que trata o caput</b> , que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcela das prestações de que trata o art. 10.
..... § 9º As IES que já participavam do Prouni ou do Fies por ocasião da adesão ao Proies dever-se-ão adaptar para cumprimento integral das condições fixadas nos incisos I e II do caput.		.....
		§ 10. Os certificados a que se refere o § 7º serão emitidos em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sob a forma de colocação direta, ao par, mediante solicitação expressa do FNDE à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
		§ 11. A STN resgatará, mediante solicitação do FNDE, os certificados utilizados para quitação de parcela das prestações de que trata o art. 10, na forma e condições que vierem a ser estabelecidas pelo Ministérios da Educação e da Fazenda.”(NR)



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)

Legislação	PL nº 6.809, de 2013 (texto apresentado à Câmara pelo Poder Executivo)	Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2014 (nº 6.809, de 2013, na Casa de origem)
<b>Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968</b>		<b>Art. 5º</b> O art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte alteração:
<b>Art 3º</b> Compete ao INDEP:		“ <b>Art. 3º</b> .....
..... g) prestar assistência técnica e financeira, conforme disponibilidade de dotações orçamentárias, para garantir o acesso e a permanência do estudante no ensino superior.		.....
		h) para fins de implementação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES, operacionalizar a custódia, a movimentação, a desvinculação e o resgate dos certificados financeiros do Tesouro Nacional.
.....		.....” (NR)
	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	<b>Art. 6º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

